

---

# FOLHA BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente e Região - CUT - Agosto de 2018 - Nº 689

---

## MESMO COM OS LUCROS RECORDES, BANCOS SE NEGAM A DAR GARANTIA DE EMPREGO

Repetindo a postura das reuniões anteriores, na quarta rodada de negociação da Campanha Nacional de 2018 realizada na quarta-feira 25 com o Comando Nacional dos Bancários, em São Paulo, os bancos se recusaram a assumir qualquer compromisso de incluir na Convenção Coletiva cláusulas que impeçam demissões imotivadas, garantam o emprego e impeçam terceirizações, dentre outros pontos sobre o tema do emprego. A quinta rodada de negociação, que será realizada na **quarta-feira 1º de agosto, versará exclusivamente sobre as cláusulas econômicas.**

### **Principais reivindicações e as respostas dos bancos**

#### ***CCT para todos***

O Comando cobra que a CCT valha para todos os trabalhadores dos bancos, independentemente do nível de escolaridade ou da faixa salarial. Inclusive os hipersuficientes (que têm salários acima de R\$ 11.291,60 e nível superior), que representam cerca de 90 mil empregados de bancos públicos e privados, e correm risco de perder direitos da CCT e a PLR. Os bancos não garantiram, mas ficaram de analisar a reivindicação.

#### ***Garantia no emprego e contra dispensa imotivada e em massa***

Os bancos se negaram a garantir empregos e cláusula contra as demissões em massa, sob o argumento de que isso pode criar problema, travar a entrada e saída do mercado. O Comando lembrou que metade do setor tem trabalhadores estáveis e que isso nunca quebrou nenhuma empresa.

#### ***Garantia da gratificação de função***

Os trabalhadores reivindicam que o banco não poderá reduzir ou retirar o valor da gratificação/comissão em quaisquer hipóteses. Mas a Fenaban afir-

mou que isso promove injustiça. Para os dirigentes sindicais, injustiça é com quem perde a gratificação e esse quadro causa insegurança para todos.

#### ***Terceirização e outras formas de contratação.***

Diante da lei trabalhista do pós-golpe, que liberou a contratação de terceiros e a contratação de empregados por tempo parcial, intermitente ou autônomos, os dirigentes sindicais querem proibir a troca de bancários por trabalhadores precarizados. A Fenaban pediu um crédito de confiança e informou que os bancos não estão terceirizando nem têm planos de fazer isso, ou utilizar esse tipo de contratação, mas não aceitaram colocar isso na CCT. Os dirigentes do Comando Nacional dos Bancários insistiram que se não será feito, pode e deve estar garantido na CCT.

#### ***Trabalho em home office***

A Fenaban afirma querer avançar neste tema, permitindo um modelo híbrido que mescle uma parte do trabalho em casa e uma parte no banco, para o qual querem apresentar uma proposta. O Comando disse que a proposta deve levar em conta as condições de saúde e que não tenha custo do trabalho para o bancário.

#### ***Agências digitais***

Os trabalhadores reivindicam que os serviços em agências bancárias digitais sejam desempenhados exclusivamente por bancários, visando garantir a qualidade de atendimento e proteção do sigilo bancário. Também querem que sejam respeitadas jornada e pausas para refeição e descanso de forma a proteger a saúde e evitar sobrecarga de trabalho. O Comando cobrou ainda o livre acesso dos dirigentes sindicais a essas unidades. A solicitação será analisada pela Fenaban, que dará resposta em uma nova rodada de negociação.

---

# **PRAZO PARA PEDIR ABONO-ASSIDUIDADE VAI ATÉ 31 DE AGOSTO**

Os bancários que ainda não aproveitaram o abono assiduidade têm até o dia 31 de agosto para fazerem a solicitação.

Tem direito ao dia livre, o trabalhador sem falta injustificada entre 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017, e com no mínimo um ano de vínculo empregatício com a instituição financeira.

Conforme consta na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a data escolhida não pode ser imposta ao trabalhador. Ela deve ser um consenso entre o bancário e o gestor ao qual é subordinado.

Caso o bancário tenha dificuldade em marcar por intransigência do supervisor, deve denunciar aos Sindicatos.

O banco que já concede qualquer outra folga, como “faltas abonadas”, “abono assiduidade”, “folga de aniversário”, fica desobrigado de conceder o abono, previsto na cláusula 24 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária.

## ***Conquista da categoria***

A folga assiduidade foi conquistada na Campanha Nacional de 2013. Trata-se “de um dia de ausência remunerada ao empregado que não tenha nenhuma falta injustificada”. Segundo a CCT 2016/2018, a folga assiduidade pode ser usufruída no período entre 1º de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018, relativamente à frequência de 1º de setembro de 2016 a 31 de agosto de 2017.

# **BANCÁRIOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIÃO ELEGEM NOVA DIRETORIA**

Os bancários de Presidente Prudente e Região elegeram sua nova diretoria para a gestão de 2019-2021. A Chapa 1, encabeçada por Edmilson Trevizan, obteve **98,99%** dos votos apurados.

Os bancários sindicalizados da base puderam participar da votação nos dias **26 e 27 de Julho**. Dentre os **840 bancários** aptos para votar, compareceram à urna **741** e a chapa 1 obteve **733** votos, **8** votos em branco e nenhum voto nulo.

# **PROJETO DE LEI QUE SUSPENDE A RESOLUÇÃO 23 DA CGPAR TEM APOIO DE 95%, DIZ ENQUETE**

O Projeto de Decreto Legislativo 956(PDC 956/2018), que suspende a resolução 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União), é apoiado pela grande maioria das pessoas que responderam à enquete sobre o assunto no site da Câmara dos Deputados.

Até as 16h de segunda-feira 30, 95% das pessoas que participaram da enquete eram a favor do projeto que defende os planos de saúde das empresas públicas, como Cassi e Economus (do BB) e Saúde Caixa. Dos 31,5 mil votantes até esse horário, quase 30 mil apoiam o PDC 956/2018. Os bancários da Caixa e do Banco do Brasil devem acessar o link <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2176886> para participar, selecionando a opção “Concordo”.

Não é necessário se identificar.

A resolução 23 da CGPAR resultará em mudanças drásticas nos convênios médicos dos empregados das estatais. E o PDC 956/2018, de autoria da bancária da Caixa e deputada federal Erika Kokay (PT-DF), requer a suspensão da resolução 23, sob a justificativa de que viola direitos assegurados em acordos coletivos de trabalho, estatutos e convenções que regulam as entidades de autogestão de saúde.

## ***Resolução 23 da CGPAR ataca direito à saúde***

Dentre outros pontos prejudiciais, a resolução 23 da CGPAR exclui os aposentados dos planos de saúde, cobra mensalidade para cada integrante da família e limita a cobertura somente aos filhos até 24 anos que estejam cursando 3º grau.

---

# CAIXA: PLR E PLR SOCIAL AMEAÇADOS



A cada negociação com a direção da Caixa fica clara que a mobilização dos empregados é fundamental para evitar o retrocesso. A ameaça da vez é sobre a Participação nos Lucros e Resultados. Apesar de garantir na mesa de negociação do dia 20 de junho que vai seguir a regra definida pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), o banco alegou também que não tem autorização do pagamento da PLR social.

Segundo a direção do banco, o limite da soma da PLR está limitada pelo governo. A regra mencionada seria 25% do que for pago de dividendos no tesouro. Com base nos últimos anos, fica em 6,25% do lucro líquido.

O posicionamento do banco é baseado na última mudança do estatuto, feita em 2017 pelo Conselho de Administração (CA). Desde então, o pagamento da PLR deve seguir os preceitos legais, o que significa seguir a lei original da Participação nos Lucros e Resultados, promulgada no ano 2000 (lei 10.101). Hoje o pagamento da PLR na Caixa consta do acordo coletivo firmado com os representantes dos trabalhadores, mas como se trata de um cálculo com muitas variáveis, a inclusão dessa cláusula no estatuto impedirá uma efetiva negociação e poderá resultar em controvérsias e perdas para os empregados do banco.

O banco vem buscando cada vez mais a lucratividade ao invés do crescimento do banco, com tarifas e taxas de juros cada vez mais altas. Por outro lado, a gente vê o governo buscando a redução do banco, com a redução das carteiras de crédito, redução das ofertas de crédito à população e com a descapitalização da Caixa e com o corte de direitos dos

empregados”, afirmou Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/ Caixa). “Os empregados devem se mobilizar para resistência que é a única forma de reverter essas medidas do governo.”

## *Saúde Caixa*

Na terceira rodada de negociação específica entre os representantes dos empregados com a Caixa Econômica Federal, realizada na quinta-feira (26), em Brasília, o banco reafirmou que a resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) será utilizada como parâmetro para as decisões em relação ao Saúde Caixa, tanto durante as negociações da Campanha Nacional dos Bancários 2018 quanto na mesa específica de negociações. Nesta terceira rodada de negociações, além do Saúde Caixa, foram debatidas questões referente à Funcef (fundo de previdência dos empregados).

Para os representantes dos trabalhadores essa determinação do governo onera o associado do Saúde Caixa, quebra o princípio de solidariedade, excluem aposentados, impõem períodos de carências e permitem cobrança de franquias, acabando com a cobrança de mensalidade única por família, trazendo novas restrições para dependentes, vetando a oferta do plano em novos concursos e proibindo a entrada de novos associados.



## HUMOR

### A SOGRA EM JERUSALÉM

A esposa convida o marido para visitar Jerusalém, junto leva a sua sogra. Ao chegarem em Jerusalém em frente do túmulo de Jesus, a sogra morre de emoção. Levam para o necrotério, lá o genro é informado que, para enterrar em Jerusalém custa 500 dólares e, para trazer para o Brasil 15.000 Dólares.

A esposa olhou para o marido:

- Enterra aqui meu bem é mais barato.

E ele responde:

- Não, vou levar para o Brasil.

E a mulher retruca:

- Pôxa bem não sabia que você gostava tanto da mamãe.

- Não é isso querida, esta terra já ressuscitou Um.

# **BANCO DO BRASIL PROPÕE REDUZIR PRAZO PARA DESCOMISSIONAMENTO E NÃO AVANÇA NA PAUTA**

Na quarta reunião de negociação da mesa específica do Banco do Brasil pela Campanha Nacional dos Bancários 2018, realizada na quinta-feira (26), foram tratados temas relativos às cláusulas sociais e sindicais, envolvendo a representação dos delegados e dirigentes sindicais.

Nas cláusulas sociais, o banco sinalizou a renovação dos itens já constantes no atual acordo, com promessa de apresentar redação de alguns itens que foram debatidos.

Um dos debates colocados foi de se avançar na cláusula de ausências por motivo de falecimento de parentes, acrescentando nesse item as madrastas e padrastos. A argumentação da Comissão de Empresa para essa questão é que não se trata apenas de se ter um controle de quem é ou da quantidade de madrastas e padrastos, mas a do luto de um ente familiar, mesmo que não constante nos registros de nascimento.

## ***Descomissionamento por GDP***

Um dos principais pontos debatidos foi a contraproposta do banco de redução para apenas 1 ciclo avaliatório de GDP o período para descomissionamento decorrente de avaliação funcional.

"Além de não apresentar respostas às propostas do funcionalismo, o BB ainda tenta promover retrocessos nos direitos previstos no acordo, como é o caso da proteção do cargo comissionado. O banco precisa iniciar de fato o processo negocial, já que até agora só respondeu com promessas de estudo às propostas dos bancários", criticou a diretora do Sindicato Elienei Soares.

A argumentação do BB é que a avaliação com 1 ciclo igualaria todos os funcionários com cargos comissionados. A Comissão de Empresa argumentou que a proposta traz mais insegurança para os funcionários e pode facilitar as situações de assédio e perseguição. Os bancários relataram que nas reuniões que os superintendentes vêm realizando em todo o país há abertamente a orientação aos gestores para aumentar o número de anotações na GDP com o objetivo de facilitar os descomissionamentos.

A Comissão de Empresa apresentou vários argumentos que mostram que a GDP não vem sendo

seguida há muito tempo, como, por exemplo, ao não observar a média das avaliações e as notas dos pares e subordinados.

Outro argumento apresentado é que, ao considerar apenas 1 ciclo, o banco aumenta o risco de adoecimentos, uma vez que os funcionários correm o risco de adiar inclusive ausências para tratamento de saúde, já que a pressão está maior o tempo todo.

## ***Previdência complementar***

Sobre planos de previdência complementar, o banco informou que está tratando internamente sobre a proposta da minuta de melhoria dos planos de previdência patrocinados pelo banco e também envolvendo os funcionários de bancos incorporados.

O banco adiantou na primeira mesa de negociação a possibilidade de revisão da fórmula PIP (Pontuação Individual do Participante) constante no regulamento da Previ.

## ***Pauta dos funcionários LGBTI***

Os representantes dos funcionários debateram com o BB os pontos da pauta de reivindicações dos funcionários LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo) construída no Congresso dos Funcionários, informando que a Comissão de Empresa da Contraf-CUT apoia a pauta desses trabalhadores apresentada diretamente em outras instâncias do BB, mostrando as ações que vêm sendo desenvolvidas para esse público.

Foram informadas ainda que algumas questões envolvendo o nome social em todos os sistemas de identificação têm apresentado pequenos problemas. O banco informou a existência de normativo específico e vai verificar. Os representantes do BB falaram que a instituição tem apoiado as ações e que ele foi o primeiro grande banco brasileiro a aderir aos padrões de conduta para empresas, criados pela ONU (Organização das Nações Unidas), que contribui para demonstrar a clientes, funcionários e acionistas o apoio a pessoas LGBTI.

## ***Vale Cultura***

Também foi cobrada a volta do pagamento do Vale Cultura. O BB respondeu que aguarda definição da mesa da Fenaban sobre o tema.